

# A Teoria da Guerra Justa e a Democratização à Força: Duas Propostas Incompatíveis

Cora Sol Goldstein

**A**S OCUPAÇÕES MILITARES norte-americanas no Afeganistão e no Iraque não foram êxitos militares nem políticos. Ambos os países continuam sendo Estados fracassados, que apresentam riscos potenciais aos Estados Unidos da América (EUA). O Afeganistão e o Iraque não se tornaram nossos aliados e estão longe de serem democracias liberais estáveis. Em suma, o Exército dos EUA foi incapaz de repetir o sucesso de suas ocupações militares na Alemanha e no Japão após a Segunda Guerra Mundial.

Um argumento frequente é que o governo Bush não compreendeu as realidades políticas do Oriente Médio e da Ásia Central. Segundo essa visão, a democratização à força não terá sucesso em sociedades subdesenvolvidas como essas, fragmentadas por profundas divisões étnicas e religiosas e desprovidas de experiências próprias com a democracia moderna e o constitucionalismo democrático<sup>1</sup>. Além disso, o governo Bush é acusado de falta de planejamento e preparação. O imprevisto e a ignorância teriam levado a conclusões equivocadas sobre as estruturas econômicas, políticas e culturais de sociedades sem um histórico de instituições democráticas e sem fortes aparatos burocráticos estatais<sup>2</sup>.

Defendo que a razão pela qual as ocupações militares do Afeganistão e do Iraque fracassaram não foi a inexistência prévia de desenvolvimento democrático nos dois países, e sim o tipo de guerra que as precedeu. A Segunda Guerra Mundial foi

uma guerra total, que terminou com a derrota total do Eixo, o que permitiu que os Aliados conduzissem ocupações militares transformadoras. Em ocupações como essas, o objetivo político do governo militar não é apenas a mudança radical do regime, mas também a introdução de novos paradigmas ideológicos e normativos<sup>3</sup>.

As experiências dos EUA em democratização à força na Alemanha e no Japão (1945) indicam que é necessário, primeiro, vencer a guerra de tal modo que a população inimiga seja dissuadida de resistir. Uma vitória total implica não apenas a derrota total do exército inimigo, como também a destruição da vontade de combater e de resistir da população civil. Apenas nesse contexto uma ocupação militar poderá ser transformadora, e suas forças poderão implantar reformas institucionais, políticas e culturais radicais.

Este artigo apresenta os seguintes argumentos:

- Os princípios de *jus in bello* (direito na guerra) são incompatíveis com a vitória total e, portanto, com a democratização à força.
- É impossível combater e democratizar simultaneamente. As guerras no Afeganistão e no Iraque foram guerras limitadas, que não tiveram como objetivo a vitória total. Se minhas hipóteses estiverem corretas, os EUA não deviam ter empreendido projetos grandiosos de reconstrução nacional e democratização à força após conflitos que não criaram o contexto em que projetos de engenharia social teriam uma chance de êxito.

---

Cora Sol Goldstein, Ph.D., é professora associada de Ciência Política na California State University, Long Beach. Concluiu o doutorado pela University of Chicago. Seu livro, *Capturing the German Eye: American Visual Propaganda in Occupied Germany* (Chicago: University of Chicago

Press, 2009), enfoca a experiência dos EUA na Alemanha pós-guerra. Teve artigos publicados nas revistas *Diplomatic History*, *German Politics and Society*, *Intelligence and National Security*, *Internationale Politik* e *Military Review*.

## Segunda Guerra Mundial

Na Segunda Guerra Mundial, nenhum dos beligerantes, incluindo os EUA, respeitou os princípios de *jus in bello*. O Presidente Franklin D. Roosevelt e sua administração não entraram na Segunda Guerra Mundial com o objetivo de democratizar a Alemanha e o Japão, e sim com o de destruir sua capacidade de fazer guerra. Os Aliados enxergaram as populações civis alemã e japonesa como sendo inimigas e não hesitaram em tratá-las como tal. As violações ocidentais mais flagrantes do princípio de imunidade civil foram a campanha de bombardeio estratégico anglo-americana contra a Alemanha e a guerra aérea dos EUA contra o Japão. Em ambos os casos, o objetivo foi o de aterrorizar os não combatentes, enfraquecer seu moral e destruir sua vontade de combater. Os planejadores das campanhas de bombardeio dos Aliados buscaram maximizar, e não minimizar, as baixas civis. Em 1943, o governo

norte-americano construiu réplicas exatas de casas alemãs e japonesas no Campo de Provas de Dugway, no deserto em Utah, para testar a eficiência de bombas incendiárias.

O número de civis mortos na Alemanha pela campanha de bombardeio estratégico dos EUA e da Grã-Bretanha ficou entre 300 mil e 600 mil. Em apenas três dias (13 a 15 de fevereiro de 1945), 770 bombardeiros *Lancaster*, da Grã-Bretanha, e 330 aeronaves *B-17 Flying Fortress*, dos EUA, lançaram mais de 3.100 toneladas de bombas explosivas e incendiárias em Dresden, provocando a morte de até 40 mil pessoas.

O tratamento dispensado aos civis japoneses foi igualmente destrutivo. O bombardeio incendiário de Tóquio e a destruição, ou *urbanicídio* atômico, de Hiroshima e Nagasaki mostram semelhante descaso com a vida do inimigo. No dia 10 de março de 1945, 334 bombardeiros *B-29* norte-americanos lançaram bombas incendiárias



Sd Joseph Scrippens. 111-SC-205298. Arquivo Nacional dos EUA

Soldados do 55º Batalhão de Infantaria Blindado avançam em meio à fumaça, Wernberg, Alemanha, 22 Abr 45.

em Tóquio, destruindo 267 mil edifícios e provocando a morte de mais de 100 mil civis. Esse ataque, que destruiu quase metade da cidade, foi o bombardeio aéreo mais destrutivo da história. Em 06 de agosto de 1945, uma bomba atômica dos EUA matou 140 mil civis em Hiroshima; em 09 de agosto, uma segunda bomba atômica matou 70 mil em Nagasaki. A Segunda Guerra Mundial foi incrivelmente destrutiva e brutal, com violência muitas vezes indiscriminada.

Apesar desses massacres, o governo dos EUA foi capaz de criar a imagem de uma guerra “limpa” na frente interna. Isso exigiu um esforço sem precedentes em guerra psicológica, que incluiu a censura. A mídia não exibiu fotografias consideradas potencialmente perturbadoras para o público norte-americano, como imagens de vítimas civis. Foi mínima a cobertura dada pela imprensa aos *urbanicídios* realizados por meio das campanhas de bombardeio estratégico anglo-americanas, e as ações de propaganda se concentraram na bravura dos pilotos, nos avanços tecnológicos e na determinação do Exército e da Marinha dos EUA. A cobertura dada em 16 de fevereiro de 1945 pelo jornal *The New York Times* ao bombardeio de Dresden, intitulada “20,000 Reported Killed” (“20.000 Mortes Registradas”, em tradução livre), contava com um total de dez linhas. Afirmava o seguinte: “A rádio sueca, citada pela British Broadcasting Corporation, noticiou hoje que entre 20 mil a 35 mil pessoas foram mortas em Dresden durante as primeiras 24 horas dos ataques aéreos aliados contra a cidade. Acrescentou que 200 mil moradores fugiram em pânico”<sup>4</sup>. Esse relato tão breve ilustra o grau de indiferença em relação a baixas civis inimigas, que caracterizou a cobertura dada pela imprensa norte-americana durante a Segunda Guerra Mundial.

Logo após a ocupação da Alemanha e do Japão, os vencedores insistiram que não haviam combatido para punir as populações civis, mas para derrotar os regimes criminosos das potências do Eixo. Em 1943, o governo dos EUA começou a fazer planos para a democratização e a desmilitarização da Alemanha e do Japão<sup>5</sup>. O Departamento da Guerra organizou escolas de

governo militar nas Universidades de Virgínia e Yale, para orientar futuros oficiais da ocupação sobre questões relacionadas à democratização de sociedades previamente sujeitas a regimes autoritários. Embora não tivessem um caráter vingativo e colocassem ênfase na reconstrução material, política e cultural, as ocupações militares norte-americanas foram firmes e quase despóticas muitas vezes.

Os japoneses e alemães estavam atordoados com a dimensão catastrófica de sua situação, e, nesse contexto, as autoridades norte-americanas foram capazes de estabelecer controle quase absoluto no Japão e nas áreas sob ocupação dos EUA na Alemanha. Nos dois países, a população civil aceitou as realidades da derrota e da ocupação passivamente, não apresentando resistência alguma. Tal fato permitiu que o Gabinete do Governo Militar dos EUA na Alemanha (OMGUS, na sigla em inglês) e que o Comandante Supremo das Forças Aliadas no Japão obtivessem o monopólio sobre a violência, as informações e a propaganda, o que, por sua vez, possibilitou-lhes executar radicais reformas políticas, econômicas e culturais e dar início ao processo de reeducação e democratização. É difícil superestimar a dificuldade dessas empreitadas. No caso da Alemanha, por exemplo, a magnitude do problema representado pela desnazificação era alarmante. Apesar da derrota devastadora do Terceiro Reich, enquetes norte-americanas mostravam que muitos alemães tinham sentimentos antidemocráticos.

Um ano depois do final da guerra, apenas três entre cada dez alemães nas áreas sob o controle dos EUA eram considerados sistematicamente pró-democráticos<sup>6</sup>. Em setembro de 1946, 55% dos respondentes na zona norte-americana e 44% especificamente no setor norte-americano de Berlim continuavam acreditando que o nacional-socialismo era “uma boa ideia que havia sido mal executada”<sup>7</sup>. Em dezembro de 1946, as análises de Inteligência do OMGUS constataram “um aumento do sentimento antissemita entre a população alemã”<sup>8</sup>. Esses números permaneceram constantes durante a ocupação. Na realidade, os analistas de Inteligência do OMGUS registraram

maior hostilidade em relação à presença norte-americana na Alemanha, maior nacionalismo, maior apatia política, maior desprezo para com alemães que trabalhassem para as Forças Armadas dos EUA e maior antissemitismo e racismo. O OMGUS precisou fazer um esforço gigantesco para reformar a sociedade alemã e suprimir o apoio ao nazismo, militarismo, antissemitismo e ultranacionalismo. O controle norte-americano — e não a simples convicção alemã — bloqueou o ressurgimento imediato de expressões públicas do nazismo e do antissemitismo na Alemanha ocupada.

Em julho de 1945, 80 mil líderes nazistas foram presos, e 70 mil ativistas nazistas foram demitidos do serviço público. Em 01 de junho de 1946, mais de 1.650.000 alemães (aproximadamente uma em cada 10 pessoas na zona norte-americana) haviam sido investigados, sendo 373.762 deles (quase um quarto) exonerados de seus cargos<sup>9</sup>. Entre 80% e 85% dos professores escolares foram demitidos por motivos políticos<sup>10</sup>. As universidades também foram expurgadas: um terço do corpo docente da Universidade de Frankfurt foi demitido e, na Universidade de Heidelberg, mais da metade perdeu o cargo<sup>11</sup>. Na realidade, o programa de anistia norte-americano de 1946 perdoou 2.590.000 alemães<sup>12</sup>. A ocupação da Alemanha e do Japão obrigou as populações a obedecerem às novas regras e regulamentos que lhes estavam sendo impostos. O *urbanicídio* não garantiu o êxito do processo de reeducação e democratização, mas tornou as populações civis flexíveis e obedientes.

### **A Guerra do Vietnã**

A Guerra do Vietnã foi uma guerra limitada, em que os Estados Unidos não empregaram todo o seu poderio militar. Contudo, os estrategistas norte-americanos não prestaram muita atenção a danos colaterais (e à sua prevenção). As Forças Armadas dos EUA e a CIA intencionalmente mataram milhares de civis, destruíram aldeias, sequestraram e assassinaram adversários políticos, executaram uma campanha de desfolhamento e bombardearam Hanói. Ao contrário do ocorrido na Segunda Guerra Mundial, o governo dos EUA

não conseguiu controlar as ações de propaganda na frente interna. O público norte-americano pôde ver, ler e ouvir o que suas Forças Armadas estavam fazendo no Vietnã. As imagens mostradas na televisão e as fotografias publicadas em jornais e revistas tiveram uma enorme repercussão política dentro e fora do EUA. O conhecimento de que vietnamitas civis estavam sendo vitimados, a falta de êxitos militares e o número cada vez maior de baixas norte-americanas levaram a uma crescente e difundida rejeição à guerra. Para muitos dos críticos norte-americanos do conflito, os habitantes civis vietnamitas eram vítimas inocentes de uma agressão não justificada.

O movimento antiguerra dos anos 70 e o ressurgimento do conceito medieval da Guerra Justa foram a consequência direta da intervenção dos EUA no Vietnã. A influente obra de Michael Walzer, *Just and Unjust Wars* [publicada no Brasil com o título *Guerras Justas e Injustas* — N. do T.], foi inspirada na “exposição sistemática de vietnamitas civis à violência do combate norte-americano”<sup>13</sup>. Walzer argumentou que a Guerra do Vietnã não era justificada, porque os EUA não estavam respondendo a uma agressão nem envolvidos em uma intervenção humanitária. Portanto, a intervenção norte-americana não respeitou *jus ad bellum* (direito à guerra) e violou de modo flagrante os princípios de *jus in bello* (direito na guerra). Depois do conflito no Vietnã, os preceitos de *jus in bello* evoluíram e se transformaram em uma doutrina jurídica completa, *lawfare* (“guerra jurídica”) que impõe um compromisso rigoroso com os direitos humanos mesmo em tempos de guerra. A matança indiscriminada de civis é vista como uma violação das regras de guerra e, portanto, é inconcebível conduzir operações militares voltadas contra eles ou que necessariamente provoquem grandes danos colaterais.

### **A Evolução da Doutrina Militar dos EUA**

A teoria da Guerra Justa moldou a forma pela qual os EUA conduzem suas guerras. Uma vez que a pressão pública, a opinião internacional e *lawfare* exigem que o combate na guerra obedeça



Biblioteca do Congresso dos EUA, cph.3a17434

O Presidente Franklin D. Roosevelt assina a declaração de guerra contra a Alemanha, oficializando a entrada dos EUA na Segunda Guerra Mundial na Europa. O Senador Tom Connally observa o relógio para estabelecer o momento exato da declaração, 11 Dez 41.

aos rigorosos preceitos de *jus in bello*, os EUA vêm tomando medidas significativas para minimizar suas próprias baixas e reduzir a probabilidade de danos colaterais. Contudo, essa mudança na doutrina militar não foi acompanhada de uma redefinição dos objetivos políticos almejados em guerras limitadas. As guerras no Afeganistão (2001 até o presente) e no Iraque (2003 a 2011) ilustram essa falta de coerência interna. Em ambos os casos, os EUA tentaram aderir aos princípios de *jus in bello*, minimizando os danos colaterais e evitando a punição indiscriminada da população civil. Ao mesmo tempo, os EUA se envolveram no exercício de mudança de regime e democratização à força, apesar de nem o Afeganistão nem o Iraque terem sofrido uma derrota total.

A Operação *Enduring Freedom* e a Operação *Iraqi Freedom* se destinavam a transformar o Afeganistão e o Iraque em democracias. Entretanto, nem o governo Bush nem o governo Obama planejaram para a vitória total naqueles

dois países. O Presidente George W. Bush e seus assessores acreditaram que seria possível ocupar o Afeganistão e o Iraque; derrotar a Al Qaeda, o Talibã e Saddam Hussein; e, ao mesmo tempo, introduzir reformas políticas radicais para transformar Estados fracassados com fortes tradições autocráticas em democracias liberais aliadas aos EUA.

Onze anos depois, está evidente que o governo Bush foi excessivamente otimista. Os EUA não estão ganhando a guerra no Afeganistão. O governo de Cabul é ineficiente, corrupto e não liberal e não tem controle sobre a maior parte do país. O Exército, a polícia e os serviços de segurança do Afeganistão são fracos, com um grande número de talibãs infiltrados. A segurança é ilusória, e os incessantes ataques terroristas ressaltam a vulnerabilidade da sociedade afegã. O Afeganistão é o principal produtor de papoulas do mundo, e o Talibã, os senhores de guerra e os chefes do narcotráfico controlam o interior. O Iraque foi transformado em uma pseudodemocracia, com fortes laços com o Irã. A Al Qaeda ainda atua no país e tem participado de operações contra o regime de Bashar Assad, na Síria. Um movimento fundamentalista xiita e acirradamente antiamericano influencia o programa político do país, e a violência religiosa, étnica e sectária persiste.

Essas falhas refletem a impossibilidade de implantar planos grandiosos de engenharia social ao mesmo tempo em que se combate uma forte insurgência. A reconstrução “pós-conflito” não teve sucesso porque o conflito armado e a falta de segurança continuaram. Paul Bremmer III fracassou não por não ter entendido o mecanismo de desnazificação no qual ele baseou a “desbaathização”. Seu erro foi não compreender que a desnazificação só havia funcionado porque a capacidade de resistência alemã havia sido eliminada por uma derrota devastadora.

Em 2003, o regime iraquiano foi decapitado, mas a sociedade do país permaneceu intacta e os habitantes estavam aptos e dispostos a resistir às imposições de um governo militar estrangeiro. No caso afegão, a única possibilidade de êxito



Força Aérea dos EUA

Aeronaves B-29 da 20ª Força Aérea lançam bombas incendiárias sobre o Japão, 1945.

implicaria a neutralização militar e política da população pashtun no Paquistão e no próprio Afeganistão, um objetivo inatingível com uma força expedicionária mínima e uma política caracterizada pelo comedimento.

---

***O fato de que um total de 385 civis mortos em sete anos de guerra (uma média de 55 baixas por ano) seja considerado excessivo mostra como os limites de tolerância evoluíram desde a Segunda Guerra Mundial.***

Os Estados Unidos exerceram comedimento ao combater nas guerras no Afeganistão e no Iraque, com o intuito de minimizar danos colaterais. Tanto o governo Bush quanto o governo Obama obedeceram aos padrões modernos de *lawfare*. Embora a Força Aérea dos EUA tenha lançado bombas guiadas a laser de duas toneladas (*GBU-28*) em complexos de cavernas e túneis no sul do Afeganistão, o governo Bush se absteve de empregar armas nucleares táticas contra a Al Qaeda. A versão nuclear da *GBU-28*, a *B61-11*, não foi utilizada<sup>14</sup>. Da mesma forma, o governo Obama rejeitou a proposta de um ataque aéreo por bombardeiros *B-2 Spirit* para destruir o complexo residencial de Bin Laden, porque o lançamento de 32 bombas inteligentes de uma tonelada teria destruído a cidade inteira de Abbottabad. Para

minimizar as baixas civis, tanto Bush quanto Obama adotaram o uso de frações das Forças Especiais, assim como armas inteligentes para lançar ataques precisos contra objetivos militares.

Os veículos aéreos não tripulados (VANT), principais armas táticas inteligentes, tornaram-se o símbolo da nova abordagem tecnológica norte-americana em relação à guerra e têm presença de destaque na estratégia do governo Obama no Afeganistão e no Paquistão. Em princípio, os VANT permitem a eliminação dirigida (“cirúrgica”) do inimigo e de sua liderança, ao mesmo tempo em que poupam os civis<sup>15</sup>. Entretanto, os VANT reduzem, mas não eliminam, os danos colaterais, o que é o suficiente para incitar os críticos antiamericanos. O Bureau of Investigative Journalism, centro de notícias sem fins lucrativos baseado em Londres, divulgou um relatório, bastante utilizado pela imprensa dos EUA e da Europa, que alegava que o programa de VANT da CIA no Paquistão foi responsável por mortes de civis. Segundo o relatório, os 291 ataques atribuídos ao programa de VANT desde 2004 eliminaram 2 mil militantes, mas também provocaram a morte de 385 civis, incluindo 168 crianças<sup>16</sup>. O fato de que um total de 385 civis mortos em sete anos de guerra (uma média de 55 baixas por ano) seja considerado excessivo mostra como os limites de tolerância evoluíram desde a Segunda Guerra Mundial. O campo de batalha eletrônico é desafiado por uma arma político-cultural: a representação dos habitantes da zona de combate como observadores inocentes. Isso possibilita a caracterização dos EUA como um Estado-nação todo poderoso que não valoriza a vida humana. Do mesmo modo que na Guerra Fria, o país é frequentemente acusado de ser um monstro imperialista movido pela ganância e indiferente ao sofrimento de outros povos. As guerras em que os EUA estão envolvidos atualmente são retratadas, muitas vezes, como sendo uma luta entre os ricos e poderosos e os pobres, marginalizados e indefesos. As operações de eliminação da liderança com VANT podem ser úteis para persuadir o público norte-americano do sucesso

da Guerra contra o Terrorismo, mas não está claro se os êxitos táticos das armas inteligentes compensam o potencial para serem exploradas para a propaganda antiamericana.

### O Fim das Ocupações Militares Transformadoras

Os preceitos da teoria da Guerra Justa requerem que nossa condução da guerra esteja em conformidade com os rigorosos padrões modernos de *lawfare*, ou “guerra jurídica”, mesmo que nossos inimigos não compartilhem desses valores. Portanto, é imprescindível repensar que tipos de guerra os EUA podem conduzir. Uma vez que programas radicais de engenharia social não podem ser concretizados sem que haja uma derrota total do inimigo, os EUA não devem se envolver em tentativas de democratização à força, caso não estejam prontos a obter a vitória total. Caso não haja um desafio existencial que prevaleça sobre todas as restrições morais, os objetivos militares e políticos das guerras limitadas devem se restringir estritamente à eliminação de elementos específicos

(recursos, líderes, etc.) considerados perigosos para os EUA, sabendo-se de antemão que as estruturas institucionais, políticas e culturais do inimigo provavelmente sobreviverão.

As experiências no Afeganistão e no Iraque mostram como as guerras limitadas conduzidas segundo a nova doutrina militar dos EUA de minimizar danos colaterais não são compatíveis com um programa político de democratização à força. O fato de as guerras limitadas serem conduzidas com comedimento e evitarem, intencionalmente, a violência extrema significa que quaisquer tentativas de uma ocupação militar transformadora fracassarão, porque a população inimiga resistirá à imposição de novas instituições e ideologias. Fica evidente que um exército de ocupação não conseguirá promover uma reforma política radical, significativa e duradoura ao mesmo tempo em que enfrenta uma resistência local militar, política e ideológica. Concluo, assim, que uma ocupação militar com objetivos de punição e transformação não será capaz de atingir este último, a menos que



LC-USZ62-134159, Biblioteca do Congresso

O então Secretário de Estado Dean Rusk presta depoimento sobre a Guerra do Vietnã perante a Comissão de Relações Exteriores do Senado, 13 Mar 68.

a população inimiga aceite o fato de ter sofrido uma derrota total. Já que a doutrina militar contemporânea dos EUA exclui a conquista da

vitória total em guerras limitadas, essa classe de conflitos nunca deve incluir a democratização à força entre seus objetivos finais.**MR**

---

## REFERÊNCIAS

1. Confira, por exemplo, BELLIN, Eva. "The Iraqi Intervention and Democracy", *Comparative Historical Perspective*, December 2004; MESQUITA, Bruce Bueno de; DOWNS, George W. "Why Gun-Barrel Democracy Doesn't Work", *Hoover Digest*, 30 Apr. 2004; e KATZ, Stanley N. "Gun Barrel Democracy? Democratic Constitutionalism Following Military Occupation: Reflections on the US Experience in Japan, Germany, Afghanistan and Iraq", *Princeton Law & Public Affairs*, Paper No. 04-010, May 2004.
2. KATZ, Stanley N. "Democratic Constitutionalism after Military Occupation", *Common Knowledge* 12 (2):181-96, 2006; FUKUYAMA, Francis, ed. *Nation-Building Beyond Afghanistan and Iraq* (Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2006), p. 4.
3. Uma definição alternativa de ocupação militar transformadora consta de ROBERTS, Adam. "Transformative Military Occupation: Applying the Laws of War and Human Rights", *American Journal of International Law*, 100(3) (2006): p. 580-622.
4. "20,000 Reported Killed", *The New York Times*, 16 Feb. 1945.
5. MOORE, Michaela Hoenicke. *Know your Enemy: The American Debate on Nazism, 1933-1945* (Cambridge: Cambridge University Press, 2010).
6. MERRITT, Anna J.; MERRITT, Richard L. *Public Opinion in Occupied Germany* (Urbana: University of Illinois Press, 1970). "Basic Attitudes" Report No. 19", 19 Aug. 1946, p. 99. Em outubro de 1945, a Divisão de Inteligência da Diretoria de Controle de Informações estabeleceu uma Seção de Pesquisas de Opinião. Essa agência realizou 72 grandes pesquisas nos quatro anos seguintes, sendo os respectivos relatórios distribuídos às autoridades máximas do Gabinete do Governo Militar dos EUA.
7. MERRITT e MERRITT, *Public Opinion in Occupied Germany*, "A Study of Attitudes Toward the Reconstruction and Rehabilitation of Germany", Report No. 22, 25 Sept. 1946, p. 105.
8. Landesarchiv, RG 407, Box 119, Folder title: "Public Opinion U.S. Zone", Report 49, "Prejudice and Antisemitism", December 1946.
9. PLISCKE, Elmer. "Denazification in Germany: A Policy Analysis", in Robert Wolfe, ed., *Americans as Proconsuls: United States Military Government in Germany and Japan, 1944-1952* (Carbondale: Illinois, 1984), p. 214-15.
10. JARAUSCH, Konrad H. *After Hitler: Recivilizing Germans, 1945-1995* (Oxford: Oxford University Press, 2006), p. 49-50.
11. WEISBROD, Bernd. "The Moratorium of the Mandarins and the Self-Denazification of German Academe: A View from Göttingen", *Contemporary European History*, 2(1): 47-69, February 2003, p. 52.
12. PLISCKE, 216. Confira também GIMBEL, John. "American Denazification and German Local Politics, 1945-1949: A Case Study in Marburg", *The American Political Science Review*, 54, No. 1 March 1960, p. 83-105.
13. WALZER, Michael. "The Triumph of Just War Theory—and the Dangers of Success", *Social Research* (Winter 2002): p. 2.
14. CHOSSUDOVSKY, Michel. "Tactical Nuclear Weapons against Afghanistan?", Centre for Research on Globalization, 5 Dec. 2001.
15. ANDERSON, Kenneth. "Imagining a Fully Realized Regime of Targeted Killing Through Drone Warfare and its Moral Expression in Necessity, Distinction, Discrimination, and Proportionality", in "The Enduring Legacy of Just and Unjust Wars—35 Years Later" Conference, The Tikvah Center for Law & Jewish Civilization, 3 Nov. 2010.
16. SHAN, Scott. "CIA Is Disputed on Civilian Toll in Drone Strike", *The New York Times*, 12 Aug. 2011, p. 1.